

## Em busca da modernidade

A informática aplicada ao Legislativo foi debatida em um encontro aberto ontem no Senado pelo presidente da Casa, senador José Sarney (foto). O objetivo é aprimorar e modernizar a democracia representativa, como assinalou Sarney. Durante o encontro, foram expostas experiências como a dos deputados estaduais mineiros, que mantêm o projeto *Assembléia On Line*. Página 3



# Elevação de ITR apressa reforma agrária, dizem Valmir e Jefferson

Medida provisória que aumenta em até 350% o imposto sobre os imóveis rurais improdutivos é reconhecida como um instrumento eficaz na busca de um maior equilíbrio no campo

NESTA EDIÇÃO

**Projeto tenta coibir fraudes contra o SUS**

Página 2

**Nabor e Arruda apóiam jogos olímpicos no Rio**

Líder do governo apresenta requerimento consignando voto de solidariedade à candidatura do Rio a sede dos jogos de 2004. Nabor, por sua vez, é contra acordo com criminosos que dominam favelas cariocas.

Página 3

A medida provisória que eleva em até 350% as alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR) dos imóveis improdutivos vai provocar uma melhor distribuição de terras e o crescimento da produção de alimentos, afirmou ontem o senador Valmir Campelo (PTB-DF), para quem taxar a propriedade improdutiva é imperativo de questão econômica e de paz social.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) também aplaudiu a iniciativa do governo, que considerou um instrumento efetivo na agilização da reforma agrária. Ele disse duvidar que alguém "ouse" contestar essa medida, mas receia que ela não tenha considerado a multiplicidade e as características particulares das regiões brasileiras.

Segundo Jefferson, existem grandes propriedades impro-



Valmir Campelo Jefferson Peres

dutivas que, até então, pagavam baixa tributação, o que ele considera um "escândalo" num país onde quem precisa de terra para trabalhar não a possui. No entanto, Jefferson Peres acredita que as novas regras do ITR não possam ser aplicadas no Amazonas, cuja realidade, conforme salientou, é bem diferente das demais regiões brasileiras.

- Não podemos aplicar no Amazonas a nova proposta para o ITR, que é uma medida justa e defensável nas demais regiões do País, mas nunca no meu estado, cuja realidade é

inteiramente diferente - frisou.

Valmir Campelo, por sua vez, afirmou que o Brasil precisa aumentar a produtividade no campo e reduzir as tensões nos grandes centros urbanos. "Cobrando caro de quem insiste em manter extensas propriedades sem nenhuma atividade produtiva, damos o primeiro passo para a implementação de uma política de assentamentos rurais pacífica", disse o senador pelo DF.

Valmir, no entanto, considerou uma "ilusão" esperar que a questão agrária se resolva unicamente com esta taxação. "É preciso articular os três Poderes e a sociedade como um todo. Cabe ao Congresso Nacional rever a legislação e aprimorá-la, criando, por exemplo, a Justiça Agrária capaz de resolver conflitos de maneira sumária. É preciso assentar os produtores rurais e dar-lhes condições de produzir", acentuou.

## CCJ promove debate com Bresser Pereira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), promove hoje (dia 26), a partir das 10h, um debate com a presença do ministro da Administração, Bresser Pereira. O debate será sobre a "Legalidade das medidas tomadas no âmbito do Ministério da Administração e Reforma do Estado, reduzindo vencimentos e proventos dos servidores das instituições federais de ensino".

# Senado vota projeto que coíbe fraudes nas contas hospitalares

*A idéia é instituir demonstrativo especificando todas as despesas de internação dos pacientes, pagas pelo Sistema Único de Saúde*

O Senado Federal deverá votar hoje, em turno único, projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que normatiza os modelos das contas hospitalares no Sistema Único de Saúde (SUS), obrigando a rede conveniada a emitir, após a alta do paciente, demonstrativo especificando todas as despesas de internação.

Lúcio Alcântara disse que a

sua proposição visa oferecer mecanismos de controle das contas pagas pelo SUS, evitando a prática de fraudes.

Amanhã, dia 27, o plenário do Senado irá deliberar sobre a convocação do ministro do Planejamento para prestar esclarecimentos a respeito da privatização da Eletronorte, conforme requerimento do senador Ademir Andrade (PA), líder do PSB. Também apre-

ciará projeto de autoria do senador Lauro Campos (PT-DF), criando zona de livre comércio em Brasília.

Na quinta-feira, serão votados o projeto que concede anistia de multas impostas pelo TST a entidades sindicais e o que concede anistia a dirigentes sindicais punidos por participação em movimento reivindicatório, ambos de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

## Joel de Hollanda aplaude mudanças na lei de licitações

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) apoiou ontem a iniciativa do governo federal de preparar projeto de reformulação da Lei de Licitações e Contratos. Segundo o senador, a proposta é mais louvável ainda porque o Ministério da Administração já anunciou a intenção de promover as necessárias alterações, não

por meio de medida provisória, mas por um projeto de lei.

A lei vigente abriu espaços extremamente reduzidos para a realização de licitações que levem em conta a melhor técnica, procurando afastar os



Joel de Hollanda

riscos de subjetivismo no julgamento desse aspecto. A regra geral deve passar a ser a licitação do tipo técnica e preço, assegurando-se a possibilidade de negociação com a empresa que ofereça o melhor técnica - esclareceu.

Na opinião de Joel de Hollanda, deve-se buscar um maior equilíbrio entre a necessidade de ampliar o leque de empresas concorrentes, assegurando o caráter competitivo das licitações, e as garantias de que precisa dispor a administração pública quanto à boa e efetiva execução da obra ou do serviço.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Depachos internos

11h30 - Recebe o diretor executivo do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Mário Cinelli

12h15 - Recebe o vice-primeiro ministro da Rússia, Valery Serov, acompanhado do embaixador Iossif Podrajants

14h30 - Preside Sessão deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

- A Hora do Expediente será destinada a homenagear os 100 anos do início da Guerra de Canudos

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 293/95, que dispõe sobre as contas hospitalares no Sistema Único de Saúde; \*PR nº 105/96, que autoriza a prefeitura municipal de Jerônimo Monteiro (ES) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor R\$ 12.945,00, destinada à ampliação do sistema de água da sede do município; e \*PR nº 106/96, que autoriza o governo de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTP), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 96.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Apreciação não terminativa do \*PLC nº 43/95, que dispõe sobre o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), o Fundo da Marinha Operante e a Fundação Nacional dos Trabalhadores em Atividades de Apoio Operacional em Empresas de Navegação Marítima - FUNDNAV; \*PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais

sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; \*PLC nº 119/95, que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); \*PLS nº 198/95, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate; \*PLS nº 291/95 (Complementar), que extingue o Conselho Monetário Nacional, define as condições para a autonomia do Banco Central do Brasil e fixa os requisitos para o exercício de seus cargos de direção; \*PR nº 34/96, que altera a Resolução nº 69/95, para limitar a 98% o percentual máximo de refinanciamento da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e terminativa dos \*Substitutivo ao PLS nº 108/95 (discussão em turno suplementar), que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas; \*PLS nº 28/95, que dispõe sobre a redução do valor das tarifas para estudantes nos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais; \*PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; \*PLS nº 191/96, que altera redação da Lei nº 8.031/90, para facultar ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, excluir empresas do Programa Nacional de Desestatização, dentre outras matérias. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Debate com a presença do ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, sobre a legalidade das medidas tomadas no âmbito do ministério, reduzindo vencimentos e proventos dos servidores das instituições federais de ensino. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.506-6/96, que altera a legislação do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro

**Pauta:** Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa





Josaphat Marinho

## Josaphat condena programa federal de demissões

"Não parece de justiça, não parece edificante para o governo de um sociólogo praticar injustiça desse tamanho", disse ontem o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), ao criticar o Programa de Demissões Voluntárias (PDV) adotado pelo governo. O senador condenou não apenas a iniciativa oficial de incentivar as demissões, apresentando-as como vantajosas para o servidor, como a pressão para que os estados adotem programas semelhantes.

Josaphat considerou irrisória a estimativa de redução de despesas feita pelo governo com a medida e lembrou que o governo acaba de assumir a responsabilidade pelo pagamento de R\$ 1,5 bilhão devidos pela Rede Ferroviária Federal e pela Legião Brasileira de Assistência à Previdência Social.

O senador considera injusta a demissão de servidores num momento tão grave para a economia do País e disse que seu discurso era movido unicamente pela preocupação social.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PPR) mencionou como outro exemplo de incoerência oficial a negociação em curso para solucionar definitivamente a dívida do Banespa.

Também apartando, o senador Francisco Escórcio (PFL-MA) considerou "uma injustiça muito grande o que o governo faz com o funcionalismo que, há dois anos, não sabe o que é reajuste de vencimentos". Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que, no caso desse programa de demissões, "o governo está muito mal assessorado".

# Arruda apóia candidatura do Rio a sediar Olimpíadas

*Cidade já demonstrou, com a Rio-92, a capacidade de promover eventos de grande porte, sem qualquer incidente na organização*

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou ontem requerimento consignando voto de solidariedade e apoio do Senado à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos jogos olímpicos de 2004. Entre as razões apresentadas para justificar a iniciativa, ele disse que a capacidade de promover com êxito evento de tamanho porte já foi demonstrada recentemente, quando a cidade hospedou mais de cem chefes de Estado e de go-



José Roberto Arruda

verno durante a Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

- Nenhum incidente verificou-se naquele encontro, ne-

nhum deslize maculou sua organização. Essa é uma oportunidade de a Nação resgatar a imagem-símbolo da nacionalidade, do espírito alegre e criativo do povo brasileiro. Cidade-síntese do Brasil, o Rio conta nessa candidatura com o apoio de todos os brasileiros - afirmou.

Na opinião de José Roberto Arruda, a realização das Olimpíadas de 2004 no Rio certamente elevará a imagem da cidade e do Brasil no exterior.

## Nabor adverte para riscos de "acordo"

Ao apoiar a campanha da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2004, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) advertiu ontem que será perigoso propor uma trégua aos criminosos que dominam as favelas cariocas, como parte da estratégia para sediar os jogos olímpicos.

- Essa paz ilusória, se vier a ser feita, ostensiva ou reservadamente, renderá prejuízos imensos à população, nos anos

futuros, porque os traficantes certamente vão aproveitá-la para reforçar seus sistemas de defesa e de terror sobre o território dominado - advertiu.

Nabor lamentou as dificuldades do futebol carioca, especialmente do Fluminense, que acabou rebaixado à segunda divisão. "Muitos poderão perguntar: o que é que um senador do Acre tem a ver com



Nabor Júnior

os times do Rio de Janeiro?", observou.

- O esporte é hoje, mais do que nunca, uma força econômica e um fator de integração nacional. No interior do Acre, torcer pelo Fluminense é uma forma

de sentir-se um efetivo cidadão brasileiro, buscando em outra cidade, a milhares de quilômetros, uma identificação cultural e atávica - justificou.

## Encontro debate informática aplicada ao Poder Legislativo

Aprimorar e modernizar a democracia representativa. Esse é o objetivo básico e o papel principal do uso crescente da informática nas atividades legislativas, segundo afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney, ao abrir o 1º Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo (Enial 96).

Sarney destacou o esforço realizado pelo Legislativo brasileiro, e em particular pelo Senado Federal, para dar aos parlamentares instrumentos modernos e poderosos de aprimoramento de seu trabalho e de diálogo com os vários seg-

mentos sociais.

Participaram da solenidade o deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e da União Nacional dos Legislativos Estaduais, e o deputado Geraldo Magela, presidente da Câmara Distrital do Distrito Federal. Patrus anunciou que no próximo ano a União Nacional dos Legislativos Estaduais deverá estar dotada de um grande banco de dados. Essa nova base de informações poderá ser usada pelos deputados estaduais de todo o País para subsidiar seus projetos e pareceres.

## Assembléias relatam suas experiências

Primeiro a falar no encontro realizado no Senado, o presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Agostinho Patrus, informou que a instituição mantém o projeto Assembléia On Line, com terminais espalhados em várias câmaras municipais e entidades civis.

Falaram também o presidente da Câmara Legislativa do DF, Geraldo Magela, e o deputado estadual Beto Albuquerque, 4º secretário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

# Melo mostra fracasso de ricos no combate à fome

*Prova do fiasco, segundo o senador, é a existência de 800 milhões de famintos ao lado de estoques monumentais de alimentos que acabam sendo destinados a consumo não humano*



Guilherme Palmeira

## Empresas vão sair da informalidade, prevê Palmeira

O Congresso Nacional deve aplaudir e incentivar a medida provisória que institui um novo regime fiscal para as pequenas e médias empresas, afirmou ontem o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL). Na avaliação de Palmeira, embora inicialmente possa produzir uma redução na receita tributária, a MP representa uma "carta de alforria" que trará para a formalidade milhares de empresas responsáveis por boa parte da geração de empregos no País.

A medida provisória, segundo Palmeira, acolhe proposta feita pelo presidente do Senado, José Sarney, e atende a antiga reivindicação do setor.

Palmeira também apresentou requerimento de informações dirigido ao ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, solicitando esclarecimentos que ele considera importantes na apreciação da proposta de emenda constitucional da reforma previdenciária.

A existência de 800 milhões de famintos no mundo, ao lado de estoques monumentais de excedentes de alimentos - que, à falta de mercado, acabam

sendo destinados a consumo não humano -, mostra que a fome só será combatida com distribuição de riqueza e de renda. A advertência foi feita ontem pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) ao fazer um balanço do encontro da União Interparlamentar realizado em Roma, nos dias 13 a 17, simultaneamente à Conferência sobre Segurança Alimentar, organizada pela FAO.

Expressando a posição da

representação brasileira no evento, Melo disse que essa realidade transforma a decantada globalização numa "dúvida perturbadora", dado que ela erigiu o mercado numa espécie de "super-herói".

Para o senador, a existência de 800 milhões de famintos no mundo deve-se ao "fracasso escandaloso" dos compromissos assumidos pelos países desenvolvidos em 1974, em reunião da FAO. Entre esses compromissos estava o de prover condições para que a produção mundial de alimentos crescesse ao ritmo anual de 4%, o que não aconteceu.



Geraldo Melo



José Alves

## Alves apóia decisão de ouvir Congresso sobre venda da Vale

O senador José Alves (PFL-SE) elogiou ontem o que classificou de "bom senso" do presidente da República em submeter ao Senado a discussão do edital de privatização da Cia. Vale do Rio Doce. O senador disse que essa atitude "já é um começo de entendimento, uma abertura de debate democrático sobre um assunto que vinha sendo conduzido, em alguns setores da área econômica, como se a portas fechadas".

Para o senador, "deixar o Congresso de fora dessa decisão é um desrespeito a esta Casa e à sociedade brasileira. Já era de se estranhar que o Executivo viesse se mostrando insensível às manifestações de altas autoridades e lideranças políticas do País contra a venda da estatal".

José Alves teme que a privatização, além de transferir para a iniciativa privada uma matriz de geração de riquezas, acabe por desativar uma importante agência de desenvolvimento regional, sem benefícios concretos para o País.

## Marina quer manter o matador de Chico Mendes preso no DF

Ao comunicar ao plenário que a Polícia Federal recapturou ontem pela manhã, no município paraense de Guaiá, Darci Alves, um dos condenados pelo assassinato do líder sindical Chico Mendes, a senadora Marina Silva (PT-AC) informou que pretende pedir ao ministro da Justiça para que o condenado fique preso em Brasília. O pai de Darci, Darli Alves, também condenado pelo assassinato do seringueiro, e que fugiu



Marina Silva

em 1990 com o filho, encontra-se preso no Distrito Federal desde junho último.

- Se os dois, pai e filho, voltarem a Rio Branco, podem fugir novamente. Lá não há a menor segurança de que suas penas serão cumpridas - afirmou a senadora, ao lembrar que desde a fuga dos dois o presídio de Rio Branco não recebeu qualquer tipo de reforma.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, NABOR JÚNIOR, VALMIR CAMPELO E JEFFERSON PERES

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna  
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal